



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO _____/2025

(Da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa)

Requer informações do Ministério da Educação informações detalhadas sobre programas educacionais, capacitação de profissionais e inclusão cultural para a pessoa idosa.

Senhor Presidente,

Tendo em vista a aprovação, por esta Comissão, do Requerimento nº 47/2025, de autoria dos Deputados Geraldo Resende (PSDB-MS), Flávia Moraes (PDT/GO), e Luiz Couto (PT/PB), na reunião realizada em 13/8/2025, e, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Exmo. Ministro de Estado da Educação o presente requerimento de informação com foco nos programas educacionais, capacitação de profissionais e inclusão cultural para a pessoa idosa.

O Brasil está passando por um processo acelerado de envelhecimento populacional, resultado de avanços na medicina, melhoria nas condições de vida e redução da taxa de natalidade.

Essa transformação demográfica impõe um desafio sem precedentes para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam de forma adequada e integral às necessidades da pessoa idosa, assegurando seus direitos e promovendo sua inclusão social.

A educação e a cultura constituem elementos essenciais para a promoção do envelhecimento ativo e saudável, conforme preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).





O acesso da pessoa idosa à educação formal e não formal possibilita o desenvolvimento cognitivo contínuo, a atualização de conhecimentos e habilidades, inclusive no uso das novas tecnologias, fundamentais para a inclusão digital e social.

Além disso, a participação em atividades culturais, artísticas e de lazer é indispensável para a manutenção da saúde mental, do bem-estar emocional e da autoestima, prevenindo o isolamento, a solidão e quadros depressivos, que são muito frequentes nessa faixa etária.

Entretanto, apesar dos benefícios evidentes, ainda são significativas as barreiras de acesso da população idosa a esses espaços, sejam elas de ordem física, tecnológica, social ou cultural.

A ausência de programas amplos, a falta de capacitação dos profissionais que atendem essa população e a escassez de recursos específicos dificultam a efetiva inclusão educacional e cultural dos idosos.

Dessa forma, é imprescindível que o Ministério da Educação informe detalhadamente quais são os programas em andamento, as estratégias para a inclusão digital e cultural, as parcerias firmadas e os recursos investidos.

Além disso, é necessário compreender as ações voltadas à capacitação dos profissionais da educação para que estejam preparados para atender com sensibilidade e qualidade essa população.

Diante do exposto, requer-se as seguintes informações ao Ministério da Educação:

1. Quais são os programas e iniciativas oficiais de educação formal e não formal voltados à população idosa atualmente em execução?
2. Quais estratégias são adotadas para ampliar o acesso dos idosos à educação digital e tecnologias de informação?
3. Que ações e incentivos o Ministério promove para estimular a participação da pessoa idosa em atividades culturais, artísticas e de lazer?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

4. Existem parcerias firmadas com universidades, institutos culturais, organizações não governamentais e demais órgãos para promoção da inclusão e capacitação da pessoa idosa? Quais os resultados obtidos?
5. Que medidas são adotadas para capacitar professores, agentes culturais e educacionais para um atendimento inclusivo e adequado às necessidades dos idosos?
6. Como o Ministério monitora e avalia a efetividade dos programas voltados à população idosa?
7. Quais os recursos financeiros alocados para esses programas nos últimos três anos e qual a avaliação da sua aplicação?
8. Existem programas específicos para atender idosos em áreas rurais e comunidades tradicionais?
9. Quais são os principais desafios enfrentados pelo Ministério para a inclusão educacional e cultural da pessoa idosa?
10. Existem iniciativas para fomentar o intercâmbio intergeracional por meio de programas educacionais e culturais?

As informações obtidas com este requerimento objetivam subsidiar ações legislativas e fiscalizatórias por parte desta Comissão, sempre com o compromisso de garantir os direitos fundamentais das pessoas idosas à educação e à dignidade e à vida.

Sala da Comissão, em 13 de agosto de 2025.

Deputado **Zé Silva**
(Solidariedade/MG)
Presidente

